

INTERNALIZANDO ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REFLEXÃO ENTRE A ESPERANÇA MILITANTE E A AÇÃO

INCLUDING CLIMATE ADAPTATION INTO REGIONAL DEVELOPMENT: A REFLECTION BETWEEN MILITANT HOPE AND ACTION

Recebido em: 14/04/2025

Reenviado em: 26/11/2025

Aceito em: 01/12/2025

Publicado em: 14/02/2026

Markus Erwin Brose¹ 

Universidade de Santa Cruz do Sul

Resumo: Gestores públicos confrontados com os impactos da mudança climática frequentemente justificam a inação por ser um tema ‘novo e polêmico’. Nesse ensaio argumentamos que dois intelectuais periféricos no campo dos estudos do desenvolvimento regional, Celso Furtado e Chico Mendes, apontavam já nos anos 1970 para os limites do crescimento econômico e advogavam modelos de desenvolvimento com transição para maior justiça social e sustentabilidade, mesmo que estes termos ainda não estavam em uso. Argumentamos que Celso Furtado, um dos principais teóricos do estudo do desenvolvimento regional no país, estava à frente de seu tempo quando, em 1972, registrou o aquecimento global como desafio ao desenvolvimento. Questionamos: Existiriam campos de percepção obscurecidos que Furtado não reconhecia enquanto redigia o ensaio “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas”? Utilizando o referencial estabelecido por Furtado, ampliamos a reflexão para apresentação de um caso empírico de desenvolvimento regional que ao longo de duas décadas promoveu uma transição ao desenvolvimento mais sustentável no Acre. Concluimos o ensaio buscando inspiração nas ações iniciadas por Chico Mendes para ressaltar o quanto este intelectual também esteve à frente de seu tempo e continua sendo atual no debate sobre a base territorial da adaptação climática.

Palavras-chave: Aquecimento Global; Adaptação Territorial; Qualidade de Vida.

Abstract: Public managers confronted with the impacts of climate change often justify inaction by claiming that it is a “new and controversial” issue. In this essay, we argue that two peripheral intellectuals in the field of regional development studies, Celso Furtado and Chico Mendes, already pointed out in the 1970s the limits of economic growth and advocated development models with a transition to greater social justice and sustainability, even though these terms were not yet in use. We argue that Celso Furtado, one of the leading theorists in the study of regional development in Brazil, was ahead of his time when, in 1972, he identified global warming as a challenge to development. We ask: Were there areas of perception that Furtado did not recognize when he wrote his essay “Structural Trends in the Capitalist System in the Phase of Large Company Predominance”? Using the framework established by Furtado, we expand the reflection to present an empirical case of regional development that, over two decades, promoted a transition to more sustainable development in Acre. We conclude the essay by seeking inspiration in the actions initiated by Chico Mendes to highlight how much this intellectual was also ahead of his time and remains relevant in the debate on the territorial basis of climate adaptation.

Keywords: Global Warming; Territorial Adaptation; Quality of Life.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul. Graduação em agronomia pela Universidade Kassel/Alemanha (1988). Mestrado em administração pública, foco em governos locais, pela Universidade de Londres (2001). Doutorado em sociologia, com foco em participação cidadã, pela Universidade de Osnabrück/Alemanha (2007). Especialização em Impactos Sociais da Mineração Universidade Cambridge/Reino Unido e Queensland/Austrália (2010). Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2015). Consultor GIZ junto ao Governo do Rio Grande do Sul 1996-2002. Diretor Executivo da ONG CARE Brasil 2005-2011. Diretor da empresa Floresta Reflorestamento Ltda/Acre (2012/14). Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC (2016). E-mail: markus@unisc.br

INTRODUÇÃO

Este ensaio nasce da interseção de pesquisas do autor acerca da ação de intelectuais periféricos na promoção do desenvolvimento regional, com estudos acerca das alternativas de adaptação territorial aos impactos da mudança climática. O gatilho para esta reflexão foi o centenário de Celso Furtado, intelectual com maciça influência no pensamento regional brasileiro, celebrado em múltiplos formatos em 2020, quando diversas obras refletiram acerca da relevância do “pensamento” de Furtado (Lacerda, 2020), ou sua “esperança militante” (Sousa *et al.*, 2020). A relevância da herança intelectual de Furtado pode fazer esquecer o fato de que não chegou a implementar as políticas de desenvolvimento regional que planejou para o Nordeste, pois teve que se exilar para sobreviver ao golpe militar de 1964.

Talvez não por coincidência, entre 1972/74, anos nos quais Furtado estava redigindo e publicando no exterior sua obra central sobre desenvolvimento – hoje um clássico –, outro intelectual de pouca escrita, mas muita ação, conhecido pelo apelido de Chico Mendes, estava iniciando uma trajetória militante que deu origem a um raro modelo empírico de desenvolvimento regional baseado no binômio inclusão social e sustentabilidade. Este foi implementado por duas décadas no Acre e serviu de referência para um novo formato de reforma agrária baseada na posse coletiva, as reservas extrativistas, que evoluíram para uma tipologia de uso sustentável do solo que hoje integram as políticas nacionais de ordenamento territorial.

Argumentamos que ambos os intelectuais estavam à frente de seu tempo, sendo igualmente criticados e perseguidos pelos defensores de um modelo antagônico de desenvolvimento, conhecido naquele tempo nas ciências sociais como “modernização conservadora”. Hoje, é chamado neologismo “agronegócio”.

Os clássicos precisam ser lidos em seu contexto. Em coletânea de ensaios acerca dos clássicos de sua formação, Ítalo Calvino compartilhou: “Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido” (Calvino, 1993, p. 10). Entre os clássicos no estudo do desenvolvimento regional destacamos o “Mito do desenvolvimento econômico”, que inspira o argumento desse ensaio essencialmente a partir do primeiro texto “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas”, redigido em 1973 durante estadia de Celso Furtado na Universidade de Cambridge, no Reino Unido (Furtado, 1974).

Registrando leituras e reflexões, entre 1972 e 1974, Furtado incorporou no ensaio a nêmesis das externalidades negativas do capitalismo industrial: a ideia de sustentabilidade. Na

época o conceito ainda não era corrente, pois estava circunscrito aos estudos da engenharia florestal (Spindler, 2002). Mas, o estudo inspirador de Furtado afirmava:

We are searching for a model output that represents a world system that is: 1. sustainable without sudden and uncontrollable collapse; and 2. capable of satisfying the basic material requirements of all of its people (Meadows *et al.*, 1972, p. 158).

Ou seja, a concepção de que o crescimento econômico linear, concentrador de riquezas, é destruidor de sua base de insumos, portanto, insustentável. Não por crítica econômica ou oposição ideológica, apenas pela lógica matemática.

Ao explicar a escolha do título, Furtado define que o mito engloba hipóteses que não podem ser testadas. Mesmo assim, permanece relevante pois orienta “num plano intuitivo, a construção do que Schumpeter chamou de visão do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria sentido” (Furtado, 1974, p. 15). Furtado atribui significado especificamente positivo ao termo no estudo do desenvolvimento, não seguindo necessariamente entendimento usual em áreas como a literatura ou a história. Para Roland Barthes, por exemplo, o mito seria uma forma de fala despolitizada, produzida pela conotação, assim, ideologia (Cristaldo; De Senna; Matos, 2016).

Citando Max Weber, para Furtado os mitos são faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, e podem obscurecer outros. O que desperta a questão norteadora para este ensaio: existiriam campos de percepção obscurecidos que Furtado não reconhecia enquanto redigia o ensaio “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas”? Abordamos esta questão com especial ênfase a uma crítica quase que despercebida na Introdução, o paradigma do desenvolvimento como “enteléquia existente fora de qualquer contexto social” (Furtado, 1974, p. 16). Ou seja, a crítica à concepção corrente na ditadura militar de que o desenvolvimento poderia ocorrer fora de um contexto territorial específico. Dada a multitude de análises acerca da vasta obra de Furtado, neste ensaio nos restringimos à reflexão sobre este texto.

Além do conceito do mito, ressaltamos o termo “profecias”, introduzido por Furtado no primeiro subtítulo. Não no sentido religioso, mas como projeções usuais nas ciências sociais. Destaca-se, ainda, o conceito de “utopias”, originado por um santo da Igreja Católica como sendo uma civilização ideal e imaginária, porém aqui denotando dois casos reais para construir sociedades utópicas, inclusão social sem crescimento econômico, sem destruição da base física. São diferenciados crescimento e desenvolvimento, e em respeito ao ideário de Furtado é utilizado “periferia”, apesar de nossa preferência por “semiperiferia” seguindo Wallerstein.

REFLETINDO QUANTO AO CONTEXTO

Em seu período de pesquisa e ensino em universidades do paradigma anglo-saxão, Furtado tomou conhecimento do estudo *The Limits to Growth*, publicado em 1972, o estado da arte em pesquisa sobre desenvolvimento naquele período. Resultado de estudos no *Massachusetts Institute of Technology* que sistematizava profecias realizadas mediante tecnologia pioneira: o processamento eletrônico de amplo volume de dados, hoje conhecido por Big Data. Utilizando o modelo World3 foram simuladas interações entre cinco sistemas estruturantes no globo: produção de alimentos; industrialização; demografia; recursos não-renováveis e poluição.

Financiado pelo instituto de pesquisas europeu *The Club of Rome*, o relatório apresentou ao debate público as contradições entre crescimento econômico, recursos materiais finitos e crescente poluição. Foram vendidas mais de 30 milhões de cópias em dezenas de traduções e revisões. A atualização anual registra que, tendencialmente, as profecias de 1972 tem se concretizado (Bardi; Álvarez Pereira, 2022).

A crítica no ensaio tinha por cenário “as grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude” na América do Norte (Furtado, 1974, p. 16). Naquela época, e hoje, uma descrição acurada também de outras grandes metrópoles, inclusive brasileiras. Destacamos a profecia das “muitas São Paulo” que o Regime Militar pretendia espriar pelo país como estratégia de desenvolvimento sob o economista Delfim Netto. Gerando resposta profética pela Arquidiocese de São Paulo sobre a insustentabilidade daquele mito (Camargo *et al.*, 1976). Hoje herança visível nos estudos sobre desenvolvimento regional quanto à “São Paulo” plantada em meio da Amazônia, a Zona Franca de Manaus, legado fiscal que pesa até os dias atuais no orçamento federal.

Castro (1974), em uma das primeiras resenhas, afirma que Furtado não compartilhava da visão catastrofista sobre os limites do crescimento. Nem quanto ao crescimento populacional, nem quanto às barreiras físicas ao crescimento ou à poluição insuportável, pois a aceitação da profecia levaria a crer na catástrofe nas economias centrais. Recomendava: “deixemos, pois, de lado as páginas que derivam de *Limits to Growth*, elas parecem ser um mero expediente de que se vale o autor para chamar a atenção sobre o que é realmente relevante” (Castro, 1974, p. 740).

Segundo Castro, deveríamos nos ater ao segundo ensaio, o núcleo teórico sobre subdesenvolvimento. Não podemos mais nos permitir esse engano do paradigma tecnocrata.

Furtado recusava não o estudo em si, mas a premissa, “na medida em que o resto da economia mundial se desenvolve economicamente, ela seguirá basicamente os padrões de consumo dos Estados Unidos” (Furtado, 1974, p. 22) que rejeitou como pressuposto positivista “à la Rostow”.

O QUE SABEMOS HOJE

Possivelmente economistas como Furtado ou Castro não tinham conhecimento detalhado de que a ciência estava, desde 1958, construindo a Curva de Keeling que permite aferir diariamente a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera (Nobre; Reid; Veiga, 2012). Contudo, Furtado registra que a insustentabilidade do crescimento econômico, “provoca elevação da temperatura média de certas áreas do planeta cujas consequências a mais longo prazo dificilmente podem ser exageradas” (Furtado, 1974, p. 20). Vivemos atualmente nesse “mais longo prazo”.

Sabemos que as economias centrais saturaram a atmosfera com dióxido de carbono e (ainda) não entraram em colapso, mas estão vivendo catástrofes, seja a seca do século no Oeste dos EUA, o degelo nos Alpes suíços ocasionando quebra do setor do turismo ou os incêndios da tundra na Sibéria. Para não falar das periferias, com o *lockdown* de Pequim pela fuligem de carvão mineral, em 2013, ou a crise hídrica da macrometrópole de São Paulo no ano seguinte. Mesmo assim, o mito da aceleração do crescimento pelo Estado continua vivo em discurso sem base científica no debate público em escala nacional:

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não se deu por satisfeito em tentar rebater – e não conseguir – a afirmação da secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, de que o Brasil não tem qualquer plano de investir os recursos dos combustíveis fósseis em transição energética [...] Silveira disse que o Brasil deve produzir combustíveis fósseis até “conseguir alcançar Índice de Desenvolvimento Humano à altura dos países industrializados”. E completou: “O petróleo é uma fonte energética importante para combater desigualdade” (Climainfo, 5 abr. 2024).

Assim como na escala regional, governos estaduais em crise fiscal continuam prometendo uma profecia que não podem cumprir:

Governo reúne empresários e deputados para discutir futuro [...] nova agenda de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, agenda que estabelecerá as bases para nova era de prosperidade econômica sustentável para toda sua população, em uma política de Estado que gerará benefícios para diversas gerações [...] a recém criada Agência de Desenvolvimento terá a incumbência de correr atrás (De Oliveira, 6 abr. 2024).

O mito permanece vivo também na academia, como Efeito *Catch-up* ou *Trickle down*, mediante modas, sejam as Microfinanças, a Base da Pirâmide ou tecnologia:

Nos dias 6 e 7 de abril, serão apresentados mais de 90 projetos na *Brazil Conference*, em Cambridge/Massachusetts. O evento anual é realizado pela comunidade brasileira em Harvard e no MIT [...] O intuito é incentivar universitários brasileiros usarem a inteligência artificial para potencializar impactos sociais no país. “Vimos nos últimos anos um crescimento exponencial em ferramentas de inteligência artificial, desde coisas como o ChatGPT até algoritmos de diagnóstico médico. Acreditamos que podemos usar isso para mudar o Brasil” (Meirelles, 5 abr.2024).

O mito continua sobrevivendo ainda na política partidária, como mantra nas eleições que certos partidos, ou certas lideranças, teriam o dom de promover a aceleração do crescimento. E continua forte no imaginário popular, onde megaobras como a Rota da Seda da China ou a Transposição do São Francisco possibilitariam disseminar o desenvolvimento.

Furtado inicia seu ensaio destacando os estudiosos com o farol do mito, “homens que se empenham em compreender a realidade social”, e no segundo parágrafo nomeia seu contexto: as “ciências sociais” (Furtado, 1974, p. 15-16). A palavra “homens” obscurece parcela significativa das pesquisadoras da área, porém, nos parágrafos seguintes Furtado vai especificando o grupo social sobre qual faz suas reflexões e ao qual se dirige. Inicia mencionando Joseph Schumpeter, passando no terceiro parágrafo a se dirigir especificamente aos economistas.

Podemos classificar este argumento como um mito superado, no mínimo desde a prevalência de Antônio Delfim Netto, nêmesis das concepções de Furtado, sobre o desenvolvimento nacional (Delfim Netto, 1984). Em um ponto, porém, concordava, “É ilusão pensar que existe a alternativa planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal” (Delfim Netto, 1962, p. 4). O mito de que economistas, em especial no Estado, constituiriam um grupo seletivo que planeja, coordena e assegura o desenvolvimento, pois “Economia é arte estranha, que navega entre a academia, o debate sobre os rumos do país e a intervenção na política pública” (Lisboa, 2020, p. 203). O próprio Furtado (1974, p. 17) faz ressalva quanto aos “chamados” países subdesenvolvidos ou terceiro mundo como território de intervenção dos economistas.

Não era de conhecimento público no contexto de Furtado que grandes empresas estavam contratando suas próprias previsões em centros de pesquisa privados. Somente em 2015 o jornalismo investigativo anglo-saxão trouxe ao conhecimento público que empresas petrolíferas americanas mantinham, desde os anos 1950, um grupo de trabalho junto ao *American*

Petroleum Institute coordenando projeções acuradas quanto ao impacto das emissões de gases de efeito estufa (Franta, 2018).

Pesquisadores de Harvard e Potsdam coordenam projeto de pesquisa para análise das simulações realizadas pelos cientistas das petrolíferas Exxon e Shell, entre os anos 1970 e 1980. As projeções naquela época já antecipavam “dramáticos impactos ambientais antes de 2050” (Supran; Rahmstorf; Oreskes, 2023), profecia que está se concretizando na emergência climática. Eram simultaneamente desmentidas pelo negacionismo das mesmas grandes empresas em anúncios ou editoriais pagos na imprensa (Supran; Oreskes, 2017).

As projeções mantidas sob sigilo, e o negacionismo que as acompanhava, integram hoje campo de pesquisa da Agnotologia, não existente no contexto de Furtado. Segundo seus autores, a pesquisa sobre a origem da ignorância ativa tem como origem a estratégia por grandes empresas de financiar pesquisas as mais variadas, inclusive contraditórias, para disseminar a dúvida (Proctor; Schiebinger, 2008).

OUTRAS OPÇÕES NA PERIFERIA

Ao afirmar que “todos os povos da terra” estariam se mobilizando para o crescimento econômico no modelo norte-americano, Furtado (1974, p. 19) estava reproduzindo um mito difundido em estudos da época. Porém, obscurece que nem todos os povos estavam em corrida pelo crescimento, menos ainda todos buscavam copiar o modelo das “grandes metrópoles modernas” da “civilização industrial” (Furtado, 1974, p. 20).

Furtado diversifica o debate mediante pergunta retórica: “que opções se apresentam aos países que sofreram a deformação do subdesenvolvimento?” (Furtado, 1974, p. 21). Atendida de início pela afirmação normativa “o Estado, incapaz de modificar a referida orientação [tutela pelas grandes empresas] se exaure na luta contra seus efeitos” (Furtado, 1974, p. 62).

Conhecemos hoje uma opção pelo Estado periférico difícil de prever, em 1972, na qual a tutela por grandes empresas das economias centrais deixa de ser o fator determinante. O Estado na periferia, sob certas circunstâncias, cria suas próprias grandes empresas estatais, tão danosas e disruptivas como as empresas privadas que Furtado tinha em mente. Hipótese reforçada pela profecia, “um dos setores que os estados periféricos podem exercer sua autonomia, em face das grandes empresas, é a defesa dos recursos naturais não renováveis” (Furtado, 1974, p. 63).

Ao adjetivar recursos naturais como “não renováveis”, possivelmente Furtado tinha em mente o recente sucesso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo em regular o preço

dessa *commodity* mediante crises globais do petróleo. Se a OPEP viria ou não a promover desenvolvimento, Furtado não tinha como saber, e permanece uma questão instigante de pesquisa. Afinal, a monarquia absolutista da Arábia Saudita tornou seu país desenvolvido? Uma economia tão rica que se permite a empregar massas de trabalhadores em condições análogas à escravidão oriundos de países asiáticos para trabalhos braçais, pode ser considerado um país “desenvolvido”?

No Oriente Médio a fabulosa riqueza possibilitada pelo vício global no petróleo possibilitou às elites da região um novo tipo de monarquia absolutista. Não mais baseada na exploração do trabalho dos servos ou na conquista de novos territórios como as monarquias clássicas. As monarquias na Arábia Saudita, Kuwait ou Dubai formam algo como um sistema parasitário dos fluxos econômicos do capitalismo produtivo e, portanto, insustentável em todos os níveis de análise.

Talvez Furtado conhecesse em seu tempo outros casos de países periféricos que assumiram o controle de seus recursos naturais, como a estatização da mineração de estanho na Bolívia (Paiva, 2007) ou a estatização do estoque de bacalhau pela Islândia (Hart, 1976). Nesse sentido, propomos estender o argumento de Furtado também aos recursos naturais renováveis.

Uma segunda opção foi o caminho da ditadura militar aliada ao livre mercado como aperfeiçoado na China, uma derivação da falida opção soviética. Na época de Furtado, a China figurava entre os países mais pobres do globo, vastas extensões de terra e massas populacionais mantidas no jugo servil por oligarquias que se justificavam pela descendência divina. A partir da violência manifestada em uma guerra civil, um massacre cultural e a industrialização forçada, uma onipresente burocracia logrou guiar a transição no que hoje é a segunda economia mais dinâmica do globo. Tão potente que humilhou antigas potências na retomada de Macau e de Hong Kong, extinguiu o Tibete como país soberano e se permite o luxo de sustentar a Coreia do Norte, um novo tipo de monarquia com poder de destruição nuclear.

Porém, na busca por identificar opções de inclusão social e uso racional dos recursos naturais na periferia sem apelar para o petróleo ou a violência, não tomamos a pergunta proposta por Furtado apenas como questão retórica com resposta única. Propomos seu entendimento literal, pois aos pesquisadores e intelectuais da periferia esta indagação permite múltiplas respostas (Brose, 2020). Na sequência do ensaio, Furtado registra estar analisando um grupo muito especial e restrito de países, qual seja a Europa Ocidental onde ocorreu “a aliança de classes e grupos sociais em torno de um ‘projeto nacional’” (Furtado, 1974, p. 24) a partir do modelo inglês de capitalismo industrial. Mais tarde especifica, “as observações que vimos de

fazer se baseiam na observação da estrutura econômica norte-americana” (Furtado, 1974, p. 32).

Hoje compreendemos que esse grupo e sua estrutura foi, e continua sendo, único. Pois exclui os povos da terra que naquela época viviam em colônias, como, Angola, Brunei ou Porto Rico. Ou povos que optaram por não formar um estado nacional e manter sua liberdade como nômades em anarquia (Scott, 2009). Obscurece, também, regiões onde as elites decidiram não seguir o modelo industrializante, por exemplo, como o Paraguai ou a Metade Sul do Rio Grande do Sul (Bandeira, 1994). Furtado (1974, p. 60) reconhece limitações neste sentido, criticando a obscuridade decorrente da “luz distorcedora das analogias com outros processos históricos”.

Na continuidade, Furtado apresenta diagnóstico do estágio da expansão do capitalismo industrial naquela época, com prioridade às grandes empresas, descartando responder à sua pergunta com modelos prontos “à la Rostow” (Furtado, 1974, p. 22). Em sequência, critica a facilidade com a qual a “tutela política norte-americana” (Furtado, 1974, p. 37) foi aceita pelo globo afora. Argumento que possivelmente hoje os povos da Ucrânia, dos países bálticos ou de Taiwan, descartariam face ao temor de ocupação pelas ditaduras vizinhas.

Buscamos aqui contribuir com esse debate quanto às opções na periferia em outro sentido, mediante o registro de uma utopia em construção que buscou enfrentar este desafio na práxis no estado do Acre. Seguimos o pesquisador periférico Stein Rokkan, que se interessava menos pela centralização e homogeneização em curso nos anos 1970, e mais pela diversidade das “pequenas democracias” (Flora, 1999). Argumentamos que as tendências, em 1972, quanto à reunificação do centro do sistema capitalista, a tutela norte-americana, o abandono do padrão-ouro, a expansão das grandes empresas, etc. não impediam o teste de utopias. Outros modos de desenvolvimento com uso racional dos recursos naturais nas periferias do sistema, na medida em que existem múltiplas periferias. De acordo com Flyvbjerg (2001), o estudo de exceções e utopias tem suas próprias recompensas.

HORIZONTE DE POSSIBILIDADES, OU EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Finalizando seu ensaio, Furtado (1974, p. 74) conclui que “o horizonte de possibilidades evolutivas que se abre aos países periféricos é, sem lugar a dúvida, amplo”, esboçando três cenários. Destacamos o terceiro: “no outro extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do [crescimento], o que tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 75).

Este cenário foi renovado e aprofundado por Kohn (1999, 2003). A pesquisadora conduziu pesquisa na Itália revisando os dados coletados por Robert Putnam para embasar a hipótese da boa governança nos governos estaduais como fruto da harmonia e engajamento social (Putnam, 1994). A autora chegou a conclusões opostas, qual seja, a qualidade diferenciada da governança regional deriva do legado dos conflitos sociais para mitigação dos impactos do capitalismo industrial em expansão ao início do Século XX. Argumento ancorado em pesquisas prévias por Carlo Trigilia, acerca do fenômeno periférico da *Terza Italia*.

Argumentamos que a chave na interpretação para exceções no sistema que aparenta tudo englobar passa pelas citadas “modificações políticas de fundo” de Furtado. Não existe desenvolvimento apolítico, na medida em que os mercados estão *embedded*, ou incrustados, na sociedade (Granovetter, 1985; Machado, 2010). Portanto, as mudanças substantivas na orientação do desenvolvimento dependem de profundas alterações políticas. E sabemos hoje, em benefício nosso, que essas mudanças de rumo não precisam se dar pela violência ou revoluções armadas, podem decorrer de mecanismos democráticos. Nesse sentido, detalhamos a seguir um caso de desenvolvimento regional específico na concretização das aspirações de Furtado, que foi contemporâneo das suas reflexões e representativo da arte do possível nas condições históricas dadas.

DO PEÃO À CIDADANIA NO ESTADO DO ACRE

Em 1970, a ditadura civil-militar tomou uma decisão com inesperadas consequências na Amazônia Ocidental. Nomeou como governador do Acre um deputado entusiasta da colonização pelas patas do gado, pois a floresta seria “vazia” e precisava ser derrubada para o progresso. A partir de 1972, o gabinete do governador coordenou campanha de marketing nos principais meios de comunicação do país, reforçada por palestras em sindicatos rurais e leilões de gado, conclamando pecuaristas a comprarem terras mediante benefícios fiscais para introduzir a pecuária extensiva no estado.

Pouco tempo depois, ao iniciar sua pesquisa de doutorado no Acre a antropóloga gaúcha Mary Allegretti conheceu o sistema feudal que ainda prevalecia no estado, em meio à floresta que não era vazia, mas habitada e produtiva por seringueiros. Uma população analfabeta e sem acesso a serviços públicos vivia nas entranhas da floresta, entregando na beira dos rios a borracha e as castanhas do extrativismo, em troca de alimentos e produtos essenciais. Conhecido como “Sistema do Barracão”, era trabalho em condições análogas à escravidão por dívida, uma dívida que não se encerrava em vida e permitia aos seringalistas todo tipo de abuso

da população. A chegada de equipes para o desmatamento e a instalação de pastagens significa a expulsão dos seringueiros cuja única opção eram as favelas no entorno da capital.

Allegretti conheceu logo o trabalho de alfabetização e formação sindical que era liderado por Chico Mendes, contribuindo para uma nova identidade coletiva e de combate ao desmatamento no entorno da cidade de Xapuri. Os seringueiros atuavam de forma organizada a partir dos sindicatos, utilizando a estratégia pacífica do “empate” para criar uma corrente humana em frente à floresta que ia ser derrubada. A defesa da floresta em pé era premente, pois as famílias viviam entre as árvores, dependendo dos frutos e produtos da floresta para sobreviver.

Chico Mendes era líder comunitário reconhecido na região do Alto Vale do Rio Acre. Após ter sido alfabetizado com material de leitura marxista por um ex-integrante da Coluna Prestes, iniciou seu trabalho de alfabetização e educação popular no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base que tinham orientação da Diocese de Rio Branco pelo bispo Dom Moacyr Grechi. Chico Mendes foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, posteriormente eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Xapuri.

Entre 1980 e 1982, Allegretti transformou sua pesquisa em ações de extensão, participando da produção de material de ensino em português e matemática para a primeira escola de alfabetização de adultos da região, em um seringal a 60 km de Xapuri. Pediu demissão da universidade para se dedicar às atividades de educação popular. Participou dos debates sobre criação de uma cooperativa para comercialização da borracha e da castanha-do-Brasil pelos seringueiros, primeiras ações do Projeto Seringueiro, que deram visibilidade ao movimento.

As notícias que chegavam ao Acre eram preocupantes quanto ao contínuo avanço do desmatamento e o genocídio indígena que ocorriam nos vizinhos estados de Mato Grosso e Rondônia, decorrentes do asfaltamento da BR-364 pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). O programa era financiado pelo Banco Mundial e Banco Interamericano tendo como objetivo estender o asfalto até ao Acre (Wade, 2011). O movimento dos seringueiros iniciou a busca por alternativas para evitar a “rondonização” do Acre, mantendo a floresta em pé. O movimento acreano chegou em Brasília, coordenando o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985.

O formato peculiar desse acontecimento criou não só constrangimento e vergonha no serviço público, mas, sobretudo, revelação. Forçou as autoridades e os tecnocratas a aceitarem sua absoluta falta de planos em relação aos seringueiros, e mesmo sua ignorância sobre a própria existência dos seringueiros [...] O efeito de visibilidade visado por Chico Mendes fora atingido, mas no sentido inverso ao pretendido: em vez

de tornar os seringueiros visíveis publicamente, a indiferença do governo é que subitamente veio à tona, sobretudo para os seringueiros (Almeida, 2004, p. 44).

Neste encontro foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, em oposição ao antigo Conselho Nacional da Borracha integrado por políticos e donos de seringais a cujas deliberações os seringueiros não tinham acesso. Registra Allegretti (2008) que foi debatida a proposta de uma reforma agrária adaptada para a Amazônia Ocidental, estimulada especialmente por seringueiros de Rondônia que estavam perdendo terras e sua fonte de renda para a especulação imobiliária pelo asfaltamento da BR-364. De acordo com o debate no evento, a floresta não seria dividida em lotes individuais, mas mantida em pé em terras coletivas, as reservas extrativistas.

Em janeiro de 1987, também em Brasília, durante o lançamento de Campanha em Defesa da Amazônia, foi anunciada a Aliança dos Povos da Floresta. A Aliança visava fortalecer os vínculos entre indígenas e seringueiros, com base nos interesses comuns na defesa de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que respeitasse seus modos de vida. Foi denunciado o aumento do desmatamento e a necessidade de uma política de proteção aos territórios ocupados por indígenas e seringueiros.

Naquele mesmo ano Chico Mendes foi convidado a palestrar na assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Mundial em Washington, e sua descrição sobre a destruição em curso em Rondônia alarmou deputados e senadores que ameaçaram limitar os fundos dos bancos. Foi denunciado na imprensa pelos políticos acreanos por estar prejudicando o progresso, e um ano mais tarde foi assassinado. Acuado pela ameaça de corte de fundos, o Banco Mundial criou um departamento de sustentabilidade e, na Rio 92, prometeu que dali por diante seus projetos seriam avaliados pelo critério de sustentabilidade.

Em final de 1990 foram criadas as primeiras reservas extrativistas da Amazônia para impedir o avanço do desmatamento e a especulação de terras, somando 2,5 milhões de hectares. A primeira foi na parte ocidental do Acre, a Reserva Alto Juruá, com cerca de 400 mil hectares. A segunda foi a Reserva Chico Mendes, com um milhão de hectares no Alto Vale do Rio Acre. A terceira foi criada em Rondônia e a quarta no estado do Amapá, tensionando o marco jurídico do direito individual à propriedade. Com a lei estadual nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, foi criada no Acre a primeira política pública de pagamento por serviços ambientais no país, subsidiando a produção de látex natural pelos seringueiros.

Trinta anos após o início da campanha pelo desmatamento, o conceito de “Florestania” foi apresentado no 2º Fórum Social Mundial, em 2002, pelo governador em Porto Alegre.

Florestania seria um novo conceito civilizatório, uma espécie de complemento amazônico à ideia da cidadania. O propósito era um pacto social pelo desenvolvimento na região, assegurando a cidadania dos povos da floresta mediante investimentos públicos na educação, na saúde e subsídios nas formas de produção extrativista (Pinheiro, 2010, p. 5).

Essa plataforma de governo esteve vigente, entre 1999 e 2019, após a qual a aliança de partidos da Florestania, conceito que se desgastou com o tempo, perdeu as eleições no contexto do avanço de um programa de governo que prometia nas campanhas a “rondonização”, ou seja, o desenvolvimento mediante desmatamento e colonização do Acre (Pontes, 10/01/19). Era a interrupção, ao menos momentânea, de uma experiência política e social que buscava um caminho alternativo aos modelos dominantes de viabilizar a economia de territórios a partir da destruição ou predação de seus recursos naturais.

APRENDIZADOS COM A EXPERIÊNCIA DO ACRE

Podemos interpretar a estratégia de desenvolvimento do Acre originada *bottom up* por diversos ângulos. Podemos argumentar que na experiência em duas décadas de democratização naquele estado foi possível modelar um tipo específico de governo regional, ao mesmo tempo mais democrático e mais eficiente com a remoção do entulho autoritário remanescente da ditadura e do coronelismo, tornando o setor público mais permeável às exigências e à dinâmica da sociedade civil.

Nos anos 1970, deter o avanço da barbárie da pecuarização na Amazônia era uma utopia (Silva, 1981). Hoje em dia, acostumada a 40 anos de democracia e com vaga lembrança sobre o desafio da redemocratização, possivelmente a opinião pública dará pouco valor a este ponto de vista. Porém, perante o fracasso do governo federal em promover o desenvolvimento subnacional seja onde for neste país, a estratégia do desenvolvimento endógeno do Acre não deveria ser subestimada. O jovem acreano incorporou às perspectivas de sua vida a garantia de direitos, a possibilidade de ascensão social e, sobretudo, uma vida sem fome, experiência comum a muitos dos seus pais ainda nos anos 1970/80. Eis um depoimento sobre o seringal nos anos 1970:

Eu acordava quatro horas da madrugada, eu cortava seringa, chegava (em casa) e ia pro roçado cuidar dos legumes [...] Quando eu chegava, as outras crianças mais pequenas ia colher mais os meninos, e eu ia pro roçado trabalhar, capinar, plantar um arroz, plantar feijão até cinco horas da tarde [...] Meu patrão (no seringal) era chamado Zé da Silva. Passava fome, muita fome, a gente passava [...] Pra vestir os filhos, a gente ia peijando, vendia uma galinha, vendia um porquinho (Souza, 2010, p. 40).

Hoje no Acre, a maioria dos jovens terá a oportunidade de dar a seus filhos uma infância melhor do que a sua. Que descritor melhor para explicitar a importância da democracia e do Estado de Direito? Sob um ângulo diferente, de acordo com as metas definidas para as duas décadas pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, quando se propagava o conceito do Novo Rural:

O rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais. O grande desafio está, portanto, em adotar uma orientação realista que possa viabilizar uma transição factível de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções, para ajudar as microrregiões rurais a garantir bem-estar e cidadania (Brasil, 2002, p. 8).

Neste sentido, podemos argumentar que no Acre, um estado com baixa densidade populacional, assim, um estado rural, foi concretizado um plano de governo para o desenvolvimento rural sustentável. Não houve outro estado da Amazônia que reduziu tanto o desmatamento ilegal nas últimas décadas, ao mesmo tempo registrando aumento da produção e produtividade agropecuária, diversificação da renda e crescimento populacional.

Como o termo “rural” possui, ainda, um viés pejorativo junto à opinião pública, possivelmente não seja o melhor slogan para divulgar um plano de governo. Porém, merece registro o impacto positivo da administração pública acreana, enquanto relatório de avaliação interna aponta que, ao longo da mesma década, o Banco Mundial não logrou integrar crescimento econômico, proteção ambiental ou inclusão social nos 345 projetos florestais financiados em 75 países (World Bank, 2012).

Nos anos 1990 foi cunhado pelos movimentos sociais do Acre o conceito de Florestania, um slogan que contribui para sintetizar a estratégia de reverter as prioridades do setor público focadas na pecuarização do estado e estabelecer políticas públicas de inclusão social. Na clássica concepção por Marshall (1967), a adoção dos direitos civis, políticos e sociais. Florestania foi um conceito de aceitação popular, vencedor de quatro eleições.

Neste sentido, o desgaste e abandono do conceito de Florestania na vida política constitui novo desafio, pois direitos apenas “não enchem barriga”, há necessidade de trabalho e renda. Nesse sentido podemos interpretar a cobrança vencedora nas urnas pela oposição de que o Acre não deveria seguir um modelo próprio, mas copiar o modelo de Rondônia.

Mas, novos problemas complexos demandam novas soluções e novas instituições públicas. Independentemente da tipologia a ser utilizada para classificar e analisar o caso da estratégia de desenvolvimento no Acre, podemos argumentar tratar-se de um caso exitoso de

políticas públicas colocadas a serviço da maioria dos cidadãos, possibilitando minimizar a miséria e promover a inclusão social.

Os impactos e as consequências das políticas públicas definidas por uma equipe de governo, bem como sua racionalidade e viabilidade, são frequente objeto de estudo pela economia, formando a base para a gestão de conhecimento que tem enriquecido e diversificado a gestão pública. Os estudos da administração detêm o potencial de analisar a intersecção destas disciplinas, visando compreender, por um lado, se existe correspondência entre a vontade expressa pelo eleitor durante a campanha eleitoral e o plano de governo adotado, e, por outro lado, se o conjunto das políticas públicas corresponde ao plano de governo (Olivieri, 2011).

O bom desempenho técnico, a capacidade de integração entre a esfera estadual e municipal, o respeito pelo cidadão e a ausência de desvio de verbas observada no atendimento a demandas populares no Acre, representam o produto de uma política de desenvolvimento com continuidade por duas décadas, permitindo a gestão de conhecimento e o contínuo aperfeiçoamento da burocracia estadual. E sua concepção inicial, por sua vez, tem origem na utopia gerada pelos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil nos anos 1970/80 (Bezerra, 2006).

Em outras palavras, constata-se um alinhamento entre o mandato dado pelo eleitor através do voto, a plataforma política que administrava o território com base nos potenciais e limitações dos recursos disponíveis, e os resultados obtidos pelas políticas públicas. Fenômeno raro na gestão pública brasileira e que reduziu, lenta e gradualmente, a vulnerabilidade do Acre aos impactos das mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorridos 50 anos da publicação do clássico “O Mito do Desenvolvimento”, podemos hoje apreciar o quanto Furtado estava à frente de seu tempo em relação à crítica da estratégia nacional de aceleração do crescimento econômico. Planejada por Delfim Netto e seus pares, o governo federal estava rasgando a floresta amazônica para conectar o interior da Paraíba com o Acre, construindo submarinos e usinas atômicas em meio aos maiores centros metropolitanos do país, estimulando a expulsão da população do campo pelo bem maior da modernização da agropecuária.

Apesar do insistente alerta por Furtado, o mito do crescimento não morreu. Mesmo com o fracasso de autarquias para megaprojetos como a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Banco da Amazônia ou a Superintendência de Desenvolvimento da Região

Sul, lideranças políticas continuam obtendo voto mediante a promessa de que grandes obras, como os estádios da Copa do Mundo ou a instalação de polos navais, irão nos conduzir ao mundo desenvolvido mediante o Efeito do *Catch-Up*.

Projeções efetuadas no contexto histórico de Furtado tem se concretizado. O que eram riscos “ambientais”, na época considerados pelo *mainstream* de menor importância face à premissa do debate sobre subdesenvolvimento, se tornaram externalidades negativas de abrangência global. O acúmulo de lixo espacial coloca em risco satélites de comunicação e a internet, essenciais na modernidade. Riscos como o buraco de ozônio ou a emergência climática obrigam o capitalismo industrial a se adaptar mediante novos preços e o Estado a adotar novas estratégias.

Nesse contexto, a interpretação de uma experiência de desenvolvimento regional endógeno no Acre, parece não confirmar a hipótese da harmonia e homogeneidade do capital social “à la Putnam”. Antes, se enquadram na hipótese proposta por Furtado “a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do [crescimento], tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento”. Hipótese atualizada por Kohn em sua revisão crítica do conceito de desenvolvimento como originário dos conflitos sociais para mitigar os impactos e rupturas do capitalismo selvagem, sem violência e sem destruição da base da vida.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, 2008.

ALMEIDA, M. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.

BANDEIRA, P. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J.; BENETTI, M.; BANDEIRA, P. (orgs.). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BARDI, U.; ÁLVAREZ PEREIRA, C. (eds.). **Limits and beyond: 50 years on from The Limits to Growth**. London: Exapt Press, 2022.

BEZERRA, M. **Invenções do Acre: de território a estado — um olhar social**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Plano para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. 1º PNDRS. Brasília, jun. 2002.

BROSE, M. **Intelectuais periféricos**: contribuições ao estudo do desenvolvimento regional. Porto Alegre: Editora PUC RS, 2020. *E-book*.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Tradução: Nilson Moulin. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (4ª reimpressão).

CAMARGO, C. *et al.* (orgs.). **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CASTRO, A. Resenha: O mito do desenvolvimento econômico. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 739-752, 1974.

CLIMAINFO. **O clima que espere**: Silveira defende produzir petróleo até Brasil “se tornar desenvolvido”. 5 abr. 2024. Disponível em: <http://emkt.climainfo.org.br>. Acesso em: 6 abr. 2024.

CRISTALDO, R.; DE SENNA, J.; MATOS, L. As narrativas fundamentais do mito do desenvolvimento econômico e o neodesenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 527-533, 2018.

DE OLIVEIRA, R. Governo reúne empresários e deputados para discutir futuro. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, p. 8, 6 abr. 2024. Política+.

DELFIM NETTO, A. **Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo: FEA-USP, 1962.

DELFIM NETTO, A. **Economia em tempo de crise**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1984.

FLORA, P. (ed.). **State formation, nation-building, and mass politics in Europe**: the theory of Stein Rokkan. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FLYVBJERG, B. **Making social science matter**: why social inquiry fails and how it can succeed again. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FRANTA, B. Early oil industry knowledge of CO2 and global warming. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 12, p. 1024-1025, 2018.

FURTADO, C. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas. In: FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 15-76.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HART, J. **The Anglo-Icelandic Cod War of 1972–1973**: a case study of a fishery dispute. Berkeley: University of California, 1976.

KOHN, M. Civic republicanism versus social struggle: a Gramscian approach to associationalism in Italy. **Political Power and Social Theory**, v. 13, p. 201–238, 1999.

KOHN, M. **Radical Space**: building the house of the people. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

LACERDA, A. (org.). **Celso Furtado 100 anos**: pensamento e ação. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

LISBOA, M. A oportunidade perdida em meio à revolução inesperada: a contribuição de Antônio Delfim Netto para a economia brasileira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 203-222, 2020.

MACHADO, N. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 90, 2010.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEADOWS, D. *et al.* **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. 5. reimp. New York: Universe Books, 1977.

MEIRELLES, A. **Estudantes usam IA para ajudar a resolver problemas, do clima à educação**. 5 abr. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

NOBRE, C.; REID, J.; VEIGA, A. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas**. São José dos Campos: INPE, 2012.

OLIVIERI, C. Os controles políticos sobre a burocracia. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1395-1424, 2011.

PAIVA, E. (ed.). **Bolívia**: de 1952 ao século XX. Brasília: FUNAG; IPRI, 2007.

PINHEIRO, F. Florestania: a cidadania da floresta vista a partir dos conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Intercom, 2010.

PONTES, F. **Em agenda externa, Gladson Cameli busca investidores para ‘rondonizar’ Acre**. 10 jan. 2019. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/01/10/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. (eds.). **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SCOTT, J. **The art of not being governed**: an anarchist history of upland Southeast Asia. New Haven: Yale University Press, 2009.

SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUSA, C.; THEIS, I.; BARBOSA, J. (orgs.). **Celso Furtado**: a esperança militante. Campina Grande: EduPB, 2020.

SOUZA, C. **Aquirianas**: mulheres da floresta na história do Acre. Rio Branco: Instituto Envira, 2010.

SPINDLER, E. **Geschichte der Nachhaltigkeit**: vom Werden und Wirken eines beliebten Begriffes. 2002. Disponível em:
<https://www.nachhaltigkeit.info/media/1326279587phpeJPvC.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SUPRAN, G.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's climate change communications (1977–2014). **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 8, 2017.

SUPRAN, G.; RAHMSTORF, S.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's global warming projections. **Science**, v. 379, n. 6628, 2023.

WADE, R. **Boulevard of broken dreams**: the inside story of the World Bank's Polonoroeste Road Project in Brazil's Amazon. London: London School of Economics and Political Science, 2011. (Working Paper, n. 55).

WORLD BANK. Independent Evaluation Group. **Managing forest resources for sustainable development**. Washington, dez. 2012.